

Semana de Lutas das Iees e Imes

A luta das Instituições Estaduais e Municipais do Ensino Superior (Iees e Imes) pela melhoria salarial e das condições de trabalho dos e das docentes é uma resposta às condições precárias enfrentadas no exercício da profissão. Por muitas vezes, são obrigados/as a trabalhar em situações de risco, falta de estrutura, carga horária excessiva e com salários baixos. Essa é a marca da desvalorização.

A Semana de Lutas do Setor das Iees e Imes do ANDES-SN é uma resposta contundente e organizada a essa conjuntura de ataques.



Nossa luta é pela recomposição salarial dos e das docentes, por orçamentos adequados para as universidades estaduais e municipais e pelo fortalecimento e defesa da educação pública.

Amapá

A seção sindical do ANDES-SN na Universidade Estadual do Amapá (Sindueap SSind) informa que a categoria discute perdas salariais que somam 32,62%. Docentes lutam pelos adicionais de insalubridade, interiorização, pela gratificação de estímulo a docência e pela reestruturação da carreira.

Em mobilização organizada ao lado das entidades sindicais de outras categorias do funcionalismo público do estado, arrancaram do governo um pequeno aumento de 5.6%.

Amazonas

Em 8 março de foi constituída, em assembleia da categoria, a Comissão de Negociação e Mobilização do Sind-UEA SSind., que buscou diálogo com a Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do Amazonas para construir uma audiência pública, apresentando as seguintes reivindicações:

1. O efetivo cumprimento da Lei de nº 4.061, de 11 de julho de 2014, que instituiu o atual Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração do Magistério Superior e dos Técnico-Administrativos da Universidade do Estado do Amazonas; e do Artigo 51 da Lei nº 3.656, de 01 de setembro de 2011, que estabeleceu o dia 1º de maio como a data-base para o reajuste da remuneração dos integrantes da carreira do Magistério Público Superior, Procuradores Jurídicos e Servidores Técnicos e Administrativos da Universidade do Estado do Amazonas. As referidas leis estão sendo sistematicamente descumpridas pelo governo estadual, gerando uma dívida com a categoria que vem se acumulando ao longo de oito anos;

2. Considerando o estudo realizado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), contratado pela Seção Sindical e que apontou defasagem salarial de 33,70% (2015-2023) –, foi solicitada a imediata abertura de mesa de negociação com o governo do Amazonas

3. Pagamento dos valores de progressão de carreira atrasados.

A Seção Sindical segue na tentativa de organizar a luta no estado em busca da recomposição salarial.

Bahia

Docentes das universidades estaduais da Bahia paralisaram as atividades na terça-feira (16) contra o congelamento salarial de oito anos que aflige a categoria. As perdas salariais ultrapassam os 53%. Na data também aconteceu uma audiência pública na Assembleia Legislativa da Bahia (Alba), em Salvador, que reuniu cerca de 250 pessoas. A atividade dá continuidade ao estado de mobilização pela recomposição salarial da categoria. Pela primeira vez desde que o Fórum das ADs se organiza enquanto um espaço de negociação com o Executivo baiano, um governo anuncia não se tratar de uma mesa de negociação, e sim, da comunicação de novas medidas acerca do pleito da categoria.

O governo estadual anunciou reajuste linear de 4%, retroativo ao mês de março, mais um acréscimo de 2,53%, perfazendo um reajuste de 6,63% para docentes, analistas e técnicos da Uneb, Uefs, Uesb e Uesc. No caso específico dos e das docentes, a categoria receberá também uma correção da distorção gerada pelo último reajuste escalonado de 2022, que descumpriu a lei do Estatuto do Magistério e feriu o interesse entre as classes. A correção acontecerá a partir da classe de Assistente, com o reajuste de professores e professoras chegando em até 9,32% para docentes da classe Pleno, além de atender 530 promoções que estão travadas desde a última greve de 2019, de modo que, todos(as) os(as) docentes das estaduais que estão na fila serão promovidos, movimentando as vagas para serem disponíveis para as próximas solicitações.

Ceará

Docentes das universidades estaduais do Ceará (Uece), do Vale do Acaraú (UVA) e Regional do Cariri (Urca) aprovaram paralisação para o dia 29 de maio a fim de pressionar o governo do estado a anunciar um calendário de reposição salarial. A campanha continua frente o reajuste de 5,8% concedido, em 10 de maio.

Pelo texto publicado no Diário Oficial no último dia 10, servidores/as irão receber um reajuste de 5,8% pagos em duas parcelas, sendo a primeira de 3% em junho (com retroativos pagos em dezembro) e 2,8% em agosto. Além disso, será aplicado o mesmo índice para majoração do auxílio-alimentação, mantida a data-base em 1º de janeiro e reconhecidas as perdas inflacionárias. Na reunião da bancada de servidores com a liderança do governo no Parlamento, no último dia 8, as Seções Sindicais - Sinduece, Sindiuva e Sindurca - se abstiveram de aderir à proposta por terem deliberado em assembleia um patamar mínimo de negociação de 10%.

Servidores/as estaduais sofrem há oito anos com uma defasagem que já corroeu 37,03% dos salários. A proposta, apresentada ao governo através da Fuaspec, prevê pagamento de 10% deste total em 2023, sendo respeitados retroativos referentes à data-base e manutenção da MENP, para negociação posterior do restante. A contraproposta é fundamentada por estudo da Fundação SINTAF que mostra que o índice de reajuste proposto pela categoria não compromete a saúde fiscal do estado.

Mato Grosso

Sem concurso público para docentes da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat) há dez longos anos e sem o pagamento integral das perdas inflacionárias desde 2017, e com uma necessidade urgente de debater questões que atravessam o cotidiano do trabalho docente dentro da universidade, a Adunemat SSind. iniciou a Campanha Salarial 2023 de docentes da Unemat.

Essa situação vem se agravando nos últimos anos, com a aposentadoria de docentes que entraram nos primeiros concursos, realizados em 1990, 1994 e 1998, e acelerada pela Reforma da Previdência, realizada após o golpe de 2016 e em vigência desde 2019.

Essa situação tende a piorar à medida que o governo do estado intensifica sua despreocupação com a universidade. De acordo com a seção sindical, antes que isso aconteça, é necessário garantir, pelo menos, 200 docentes para suprir o quadro de vagas abertas na universidade, embora este número esteja longe do quadro ideal.

A luta neste ano estará centrada nas reivindicações da categoria docente a serem levadas à reitoria da Unemat, bem como nas reivindicações a serem levadas ao governo do estado a fim de garantir a realização de concurso público para docentes e a inclusão da recomposição das perdas inflacionárias dos salários dos docentes da Unemat na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2024.

Mato Grosso do Sul

Representantes da Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (Aduems-Seção Sindical do ANDES-SN) se reuniram com a Secretaria de Administração e Desburocratização do Estado (SAD) para novas tratativas a respeito da negociação do reajuste salarial que a categoria reivindica de 15%, entre outros pontos de interesse das e dos docentes. O governo concedeu apenas 5% de reajuste, em decisão comunicada no mês de abril.

Na reunião, o governo declarou que tem como premissa adotar o subsídio, que é uma única linha no contracheque, o que preocupa a categoria, além do temor sobre uma possível limitação para ascensão de todos até a última classe da carreira, caso se adote o modelo de tabela por letras.

A Secretaria de Administração explicou ainda que os estudos dos pedidos das carreiras, apresentados pela categoria docente, serão realizados nos meses de maio e junho para que, até o início de julho, tenha alguma proposta concreta para apresentar ao governador Eduardo Riedel (PSDB).

Minas Gerais

Em assembleia geral realizada em 18 de maio, docentes da Universidade do Estado de Minas Gerais re-presentaram a pauta de reivindicações da categoria e aprovaram uma paralisação de vinte e quatro horas no dia 24 de maio. A assembleia contou com a saudação da presidenta do ANDES-SN, Rivânia Moura, e do 1º vice-presidente da Regional Leste do Sindicato Nacional, Mario Mariano.

A Associação de Docentes da Uemg (Aduemg Ssind) convoca todos, todas e todes a aderirem à paralisação e participarem da Audiência Pública na Assembleia Legislativa do estado, em Belo Horizonte. Outras atividades serão desenvolvidas nas unidades durante a Semana de Lutas.

Em abril, uma Audiência Pública, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, debateu com o governo do estado a necessidade de uma política de valorização dos servidores docentes e do quadro administrativo da Uemg e da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes.

Pará

Por unanimidade, a categoria docente da Universidade do Estado do Pará (Uepa) aprovou, no dia 26 de abril em assembleia geral, a continuidade do estado de greve e a mobilização durante a negociação com o governo estadual.

As e os docentes reivindicam concurso público, garantias de condições de trabalho e reajuste salarial de 49,3% - referente às perdas que ocorrem desde 2006. Além disso, a categoria exige a atualização do Plano de Carreiras, Cargos e Salários (PCCS) e mais investimento na Uepa.

Em 25 de abril, docentes, técnicas e técnicos - em conjunto com o Fórum das Entidades Sindicais dos Servidores Públicos Estaduais -, se reuniram em frente à Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (Seplad) e cobraram reajuste salarial, a sanção do Projeto de Lei 153/23 - que atualiza o PCCS, entre outros. O ato resultou em uma reunião de negociação.

Na negociação, o governo informou que ainda não fez estudo do orçamento para liberar o índice de reajuste. As e os representantes das categorias do serviço público cobraram celeridade no estudo e um cronograma para a realização de mesas de negociação permanentes.

Para pressionar o governo por reajuste salarial de 25%, por aumento do vale-alimentação e pela isonomia salarial em relação aos/as professores/as da Rede Estadual, a assembleia do Sinduepa Ssind aprovou paralisação docente e ato no dia 24 de maio.

Os e as docentes querem reposição das perdas salariais acumuladas desde 2006, que já somam 49%. A categoria cobra que, para 2023, o reajuste seja de no mínimo 25%. O Sinduepa Ssind também pede o fim da disparidade entre os salários de docentes da Uepa em relação às professoras e aos professores da Seduc.

Paraíba

Na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), a Seção Sindical do ANDES-SN (Aduepb Ssind) tem jogado peso no fortalecimento do Fórum dos Servidores civis e militares do estado. A luta por uma reposição salarial linear para servidores e servidoras em 2023 vem ocorrendo desde 2022. Este ano, já ocorreram reuniões com secretário de Administração, audiência pública na Assembléia Legislativa. Uma nova reunião do Fórum com o governo está prevista para o início de junho. A Aduepb Ssind também tem negociado com o governo a liberação das progressões docentes relativas aos anos de 2022 e 2023.

Como parte dessa luta, a categoria teve um dia de paralisação em 13 de abril, quando foi em comitiva participar da audiência pública na ALPB.

Paraná

No Paraná, categoria docente das sete universidades estaduais – Londrina (UEL), do Oeste do Paraná (Unioeste), Maringá (UEM), Norte do Paraná (Uenp), Ponta Grossa (Uepg), do Paraná (Unespar) e do Centro-Oeste (Unicentro) - está em greve.

O conjunto do funcionalismo tem em torno de 42% de perda salariais de janeiro de 2016 até hoje, descontando índices mínimos que ganharam no período. A recomposição é uma das pautas da greve docente. A greve foi deflagrada pelos 42% e também colocou em pauta a discussão sobre a reestruturação da carreira, que geraria um ganho do vencimento básico, melhora no adicional de titulação e de 25 a 30% de ganhos.

O governador Ratinho Junior (PSD) anunciou um valor irrisório de reajuste geral de 5,79% diante das perdas acumuladas de 42% da categoria e, ainda, se nega a receber as representações sindicais das e dos docentes das universidades.

As seções sindicais do ANDES-SN no Paraná têm realizado reuniões para a intensificação da greve, com mobilizações para pressionar o governo estadual a abertura de uma mesa de negociação pela reposição salarial e também para apresentar prazos concretos em relação à proposta de carreira docente.

A greve tem forte adesão da categoria e está colocando em xeque a política de austeridade fiscal e discutindo com a comunidade os efeitos perversos da Lei Geral das Universidades.

Pernambuco

Em abril, o Fórum dos Servidores Estaduais de Pernambuco, do qual faz parte a Seção Sindical de Docentes da Universidade de Pernambuco (**Adufepe SSind**), entregou a pauta de reivindicações unificada do funcionalismo pernambucano. O documento apresentado ao governo contempla a revisão salarial e combate às distorções salariais, a adoção da Política de Saúde do Trabalhador, o reajuste no benefício do Vale Refeição, a realização de concurso público para reposição e ampliação dos cargos efetivos e a Reestruturação do Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado de Pernambuco-SASSEPE. De acordo com a Adupe SSind., além do reajuste salarial de 7,2%, há, ainda, demandas pendentes da campanha salarial de 2022, que deverão ser objeto de discussão e atualização em assembleia geral da categoria docente, como a reformulação e atualização do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos (PCCV) e a recomposição do valor dos salários, de forma a suprir as perdas do congelamento salarial imposto nos últimos 8 anos, entre outros.

Piauí

DOCENTES DA UESPI EM LUTA

Há anos professores e professoras da UESPI vem denunciando a precariedade, desrespeito e o sucateamento da instituição. Mobilizada em campanha salarial, a categoria denuncia uma defasagem salarial de 62,22%, referente aos últimos 10 anos. A ADCESP vem realizando visitas e atividades de mobilização nos vários Campus da instituição e cobrado apoio da Assembleia Legislativa para as negociações com o governo estadual, propondo que viabilizem uma audiência pública para tratar sobre a valorização docente. A seção sindical entregou documento em cada um dos gabinetes parlamentares, apresentando as perdas salariais da categoria. A campanha salarial segue forte e com atividades diversas.

Rio de Janeiro

As estaduais do Rio de Janeiro - ASDUERJ e ADUENF - estão articuladas no Fórum das Servidoras e dos Servidores Públicos para fortalecer a mobilização pelo pagamento das duas parcelas restantes da recomposição aprovada em 2021. Também foi discutida a necessidade de se recolocar em pauta, a defasagem salarial histórica das trabalhadoras e trabalhadores do Ensino Superior do Esta-

do. (Com informações de <https://www.instagram.com/p/CrPKaq-pF9I/?igshid=MzRIODBiNWFIZA==>) Já as escolas estaduais do Rio de Janeiro entraram em greve na quarta-feira, dia 17 de maio. Professoras, professores, funcionárias e funcionários administrativos (merendeiras, inspetores de alunos, etc.) reivindicam a implementação do piso nacional do magistério para os docentes e o piso dos funcionários administrativos, tendo como referência o salário mínimo nacional. A greve foi aprovada na assembleia geral da categoria realizada dia 11 de maio. O Rio de Janeiro paga o pior salário do Brasil para os educadores da rede estadual. Enquanto o piso nacional é de R\$ 4.420, o professor de uma escola estadual tem um piso de R\$ 1.588 como vencimento base (18 horas semanais). Os funcionários administrativos em sua maioria, recebem um piso menor do que o salário mínimo (R\$ 802,00).

Rio Grande do Norte

Docentes da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (Uern) participaram de assembleia geral no dia 19 de maio para debater a campanha salarial da categoria no ano de 2023. Após a conquista da autonomia de gestão universitária - Lei nº 699/2022, as negociações se dão diretamente com a reitoria da Uern. Em função da reivindicação da reestruturação do plano de carreira, cargos e remuneração, os e as docentes obtiveram um aumento de 5% no salário-base de todas as classes, em todos os níveis, retroativos a janeiro de 2023. As perdas salariais estão em torno de 79%, sendo insuficiente o reajuste para repor o poder de compra dos salários.

Além da defasagem salarial, a campanha também inclui a defesa de melhores condições de trabalho e correção de eventuais distorções em direitos dos servidores e servidoras. Os e as docentes aprovaram a formação de uma comissão mista, composta por membros da base e da diretoria da Aduern SSind., para debater as questões referentes à campanha salarial e construir a mobilização nas faculdades e campi para colher demandas que possam embasar o conjunto de reivindicações. Na segunda semana de junho será realizada uma nova assembleia para sintetizar e apresentar as sugestões enviadas.

São Paulo

Em 19 de maio o Fórum das Seis reuniu-se com o Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp) na primeira negociação da data-base 2023. O índice proposto pelo Conselho de Reitores foi de 7,58% de reajuste em maio/2023, ou seja, nada mais do que o IPC-Fipe dos últimos 14 meses. O comprometimento com folha seria, no final do ano, de 80,03% na Unesp, 83,51% na USP e 87,40% na Unicamp, considerando R\$ 144,1 bilhões de arrecadação. Seguiu-se intenso debate e argumentação do Fórum que, entre outras razões, criticou o fato de que, mais uma vez, não estava havendo negociação, mas sim o mero anúncio unilateral de um índice.

Após uma hora de intervalo, os reitores e as equipes técnicas retornaram e anunciaram um novo índice: 10,51%, composto pelos 14 meses e mais um percentual de reposição de perdas.

A reivindicação do Fórum é dividir o pagamento desse percentual em duas parcelas:

- Em 1º/5/2023: 15,75% de reajuste, correspondente à inflação de 14 meses mais a metade da diferença que falta para repor o poder de compra de maio/2012.

- Até final de 2023: Pagamento da outra metade que falta para repor maio/2012 (8,48%). Nova negociação em outubro/2023.

Além do reajuste, a Pauta Unificada 2023 pleiteia a valorização dos níveis iniciais das carreiras e contém

itens relacionados às condições de trabalho, permanência estudantil/gratuidade ativa, entre outras.

Com a campanha salarial das e dos servidores públicos em curso, sem garantir um percentual mínimo de repasse às universidades – o projeto fala em 9,75% da quota-parte do estado no ICMS - o governo estadual enviou à Assembleia Legislativa do estado de São Paulo (Alesp) o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2024, o PL 661/2023.

O Fórum das Seis – STU, Sintusp, Sinteps, Sintunep, Adusp-S.Sind., Adunesp-S.Sind. e Adunicamp-S.Sind.) - preparou um conjunto de emendas, propondo mais recursos para as universidades estaduais e o Centro Paula Souza, responsável pelas escolas técnicas e faculdades de tecnologia. As emendas serão enviadas aos e às parlamentares estaduais, com a solicitação de que as apresentem e as defendam.

Tocantins

A Associação de Docentes da Universidade do Gurupi (Apug SSind) realizou, no dia 12 de maio, a “Jornada de Mobilização sobre Assuntos de Aposentadoria”. O evento foi realizado na sede da Seção Sindical e contou com o apoio de diversas entidades sindicais e da Assessoria Jurídica Nacional do ANDES-SN, representada por Leandro Madureira. O advogado fez um balanço histórico sobre todas as mudanças ocorridas na Lei de Aposentadoria e sobre as regras de transição da idade mínima para aposentadoria, falando também sobre a previdência complementar dos Servidores Públicos e os impactos da EC 103/19. Também foi abordado o Regime Previdenciário de Gurupi (TO) e as consequências da reforma realizada no âmbito da Unirg.

Melhorar salários e condições de trabalho é um desafio constante, que exige a mobilização de toda a sociedade. E se configurará na melhoria direta nos serviços públicos em Educação Superior prestados, no tripé Ensino, Pesquisa e Extensão. É preciso a clara e fundamental compreensão de que os governos, as instituições de ensino, os estudantes e a sociedade em geral RECONHEÇAM a importância do trabalho desses profissionais e busquem soluções que permitam resgatar o valor de uma categoria que se dedica à formação dos novos e novas profissionais, função vital para que o país siga prosperando.



Docentes do Paraná deflagram greve

EXPEDIENTE

Este boletim é uma publicação do ANDES-SN para a Semana de Lutas das Iees e Imes // site: www.andes.org.br //

E-mail: imprensa@andes.org.br

Diretor Responsável: Francieli Rebelatto

Editor-Chefe: Luciano Beregeno Mtb 07.334/MG

Edição e Revisão: Imprensa ANDES-SN

Texto: Sindicais do Setor das Iees/Imes

Diagramação, arte final e finalização: Silas William Vieira

Fotos: Assessoria de Comunicação das Seções Sindicais